

ANEXO I
FORMULÁRIO PARA RELACIONAR AS CÓPIAS DOS DOCUMENTOS PARA A PROVA DE TÍTULOS, QUE DEVEM SER COLOCADAS EM ENVELOPE, O QUAL DEVE SER ENTREGUE FECHADO NO DIA DE APLICAÇÃO DA PROVA ORAL.
1. Este formulário deve ser preenchido em 02 (duas) vias. Uma via fica com o candidato, com os respectivos originais. A outra via preenchida deve ser colocada dentro do envelope, junto com as respectivas cópias autenticadas dos documentos para a Prova de Títulos, o qual deve ser entregue fechado no dia de aplicação da Prova Oral.
Concurso: Defensoria Pública do Estado do Pará
Cargo: Defensor Público Substituto
Nome do candidato: _____
Nº do documento de identidade: _____ Nº de inscrição _____
Os documentos deverão ter numeração das páginas.
Total de Documentos Entregues _____ Total de Páginas _____

Títulos	Valor Unitário	Valor Máximo	Quantidade de documentos entregues
I - Diploma, devidamente registrado, de conclusão de doutorado em Direito ou certificado/declaração de conclusão de doutorado em Direito, acompanhado do histórico escolar.	0,2	0,2	
II - Diploma, devidamente registrado, de conclusão de mestrado em Direito ou certificado/declaração de conclusão de mestrado em Direito, acompanhado do histórico escolar.	0,15	0,15	
III - Certificado de curso de pós-graduação "latu sensu" em nível de especialização (na área do Direito), ou declaração de conclusão de curso acompanhada do histórico escolar, com carga horária mínima de 360 horas, realizado conforme normas do Conselho Nacional de Educação.	0,1	0,1	
IV - Exercício de cargo de Defensor Público, pelo período mínimo de 02 (dois) anos.	0,1	0,1	
V - Exercício de cargo, emprego ou função privativa de bacharel em Direito, pelo período mínimo de 2 (dois) anos.	0,05	0,05	
VI - Exercício do magistério superior na área do Direito, em curso autorizado/reconhecido pelo MEC, independentemente do número de cadeiras ministradas, pelo período não inferior a dois anos.	0,05	0,05	
VII - Aprovação em concursos públicos para cargo privativo de bacharel em Direito.	0,05	0,05	
VIII - Publicação de trabalhos jurídicos de autoria exclusiva do candidato. Livros, artigos, pareceres publicados em obras ou revistas especializadas.	0,05	0,05	
IX- Realização de estágio na Defensoria Pública, comprovado mediante documento emitido pela Instituição, por tempo ininterrupto não inferior a 01 (um) ano.	0,05	0,05	
TOTAL	-	0,80	

2. A escolha dos títulos para cada alínea é de inteira responsabilidade do candidato. A Banca Avaliadora avaliará os títulos, somente, na alínea indicada pelo candidato neste Formulário.
3. Para efeitos desta etapa do Concurso, serão considerados e pontuados os títulos de acordo com a tabela especificada no subitem 14.7 e demais subitens do Edital de Abertura Nº 01/2015- DP/PA, bem como as orientações constantes deste Edital, referentes aos títulos.
4. Anexou cópia do diploma de graduação: SIM () NÃO ()
5. Juntou declaração conforme subitem 14.20.1 do Edital de Abertura Nº 01/2015- DP/PA? SIM () NÃO ()
6. Encaminhou documento comprovando alteração de nome? SIM () NÃO ()
Declaro serem verdadeiras as informações aqui descritas, e válidos os documentos encaminhados.
Pará, de outubro de 2015.

Assinatura do candidato

ANEXO II
DIVISÃO DE PONTOS PARA FINS DE SORTEIO DA PROVA ORAL
GRUPO I - DIREITO CONSTITUCIONAL (14 ITENS)
1. Direito Constitucional: Conceito, objeto, origem, formação, conteúdo e fontes.
2. Teoria da Constituição. Constitucionalismo. Classificação das Constituições. Elementos das Constituições. Histórico das Constituições brasileiras. Poder constituinte: perspectivas históricas, características, titularidade e classificação. Nova constituição e ordem jurídica anterior: recepção, repristinação, desconstitucionalização, recepção material de normas constitucionais. Conceito e classificação das constituições.
3. Princípios constitucionais. Interpretação constitucional. Efetividade das normas constitucionais. Do sistema constitucional: a Constituição como um sistema de normas. Os valores na Constituição. Os preceitos fundamentais. Funções e fins do Estado. Jurisdição constitucional. Neoconstitucionalismo.
4. Hermenêutica Constitucional. Interpretação e aplicabilidade das normas constitucionais. Princípios, conceitos e métodos de interpretação constitucional. Natureza, classificação e eficácia das normas constitucionais. Aplicação da Constituição. Lacunas na Constituição, características e espécies, princípios e regras jurídicas.
5. Direito constitucional brasileiro. Princípios fundamentais. Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Direitos e garantias fundamentais. Direitos individuais, coletivos e difusos. Características, teorias, classificação e efetividade dos direitos fundamentais. Judicialização de Políticas Públicas. Direitos sociais e ordem social. Tutelas constitucionais. Habeas corpus. Habeas data. Mandado de segurança individual e coletivo. Direito de petição e de certidão. Mandado de injunção. Ação popular e Ação Civil Pública.
6. Nacionalidade e direitos políticos. Partidos políticos.
7. Processo Legislativo. Espécies normativas.
8. Controle de constitucionalidade de normas federais, estaduais e municipais.
9. Organização do Estado. Federalismo. Repartição de competências. Intervenção federal e estadual. Organização dos poderes.
10. Defensoria Pública. Organização, princípios, funções, garantias e vedações. O Defensor Público e o Devido Processo Legal. Princípios Constitucionais do Processo e a Defensoria Pública.
11. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de defesa e estado de sítio. Segurança pública.
12. Ordem tributária, econômica e financeira. Patrimônio Público: proteção ao patrimônio público e social.
13. Preâmbulo e Ato das Disposições Constitucionais Transitórias Súmulas do STF e STJ. Jurisprudências dos Tribunais Superiores.
14. Direitos humanos. Tratados Internacionais
GRUPO II - DIREITO ADMINISTRATIVO (21 itens)
1. Direito Administrativo: conceito, objeto e fontes.
2. Administração Pública: conceito e organização. Administração Direta e Indireta. Descentralização e desconcentração administrativa.
3. Atividade administrativa: prestação de serviços públicos, polícia administrativa, atuação do Estado no domínio econômico e fomento de atividades privadas de interesse público.
4. Regime jurídico administrativo, diretrizes e princípios da Administração Pública.
5. Poderes e deveres da Administração Pública.
6. Órgãos Públicos.
7. Agentes públicos. Servidores públicos. Lei Estadual nº 5810/94 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Pará).
9. Ato administrativo.
10. Licitação e contratos administrativos. Convênios, parcerias e consórcios.
11. Processo administrativo.
12. Ações Constitucionais.
13. Controle da Administração Pública.
14. Responsabilidade da Administração Pública e de seus agentes.
15. Improbidade administrativa.
16. Serviços públicos. Delegação de serviço público.
17. Responsabilidade fiscal.
18. Terceiro Setor: organização social - OS e organização da sociedade civil de interesse público - OSCIP.
19. Bens públicos.
20. Intervenção do Estado na propriedade.
21. Desapropriação.
GRUPO III - DIREITO PENAL (41 itens); DIREITO PROCESSUAL PENAL (38 itens); DIREITO DE EXECUÇÃO PENAL (28 itens)
1. Conceito, evolução histórica, fontes, objetivos. As escolas penais. O Direito Penal e o Estado Democrático de Direito. (DP)
2. A ciência conjunta do Direito Penal. Dogmática penal, política criminal e criminologia. Sistema penal e controle social. Fundamentos do Direito de Punir. As escolas criminológicas. (DP)
3. Princípios Constitucionais e Infraconstitucionais de Direito

Penal. Garantismo Penal. 4. Teoria da norma. Âmbito de validade temporal e espacial. Conflito aparente de normas. Contagem de prazo. Interpretação da Lei Penal. Concurso de Normas Penais. Teoria Geral do delito. Conceito e Classificação do delito. (DP)
5. Tipicidade. Ação e omissão. Nexos de causalidade jurídico. Critérios normativos de relevância. Elementos subjetivos. Exclusão da tipicidade. (DP)
6. Ilícitude. Causas legais e supralegais de justificação. Elementos subjetivos da justificação. (DP)
7. Culpabilidade. Imputabilidade. Potencial consciência de ilicitude. Causas legais e supralegais de exclusão da culpabilidade. Exigibilidade de conduta diversa. Princípio da culpabilidade. Culpabilidade e liberdade. Culpabilidade e periculosidade. Direito Penal do Fato. Direito Penal do Autor. Direito Penal do Inimigo. (DP)
8. Tentativa nos crimes comissivos e omissivos. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e crime impossível. (DP)
9. Erro jurídico penal relevante. Erro de tipo e erro de proibição. Discriminantes putativas. (DP)
10. Concurso de pessoas. (DP)
11. Sanções. Penas e medidas de segurança. Teoria das penas. Princípios Constitucionais na Aplicação da Pena. Evolução histórica, conceito, espécies, execução. Lei nº 10.216/01. (DP)
12. Aplicação da pena. Dosimetria. Regimes penitenciários. Limite das penas. (DP)
13. Concurso de crimes. Erro de execução e resultado diverso do pretendido. (DP)
14. Livramento condicional. Revogação e seus efeitos. (DP)
15. Ação penal. (DP)
16. Extinção da punibilidade. (DP)
17. Crimes contra a pessoa, o patrimônio, a propriedade imaterial, a organização do trabalho, o sentimento religioso e o respeito aos mortos, a dignidade sexual, a família, a incolumidade pública, a paz pública, a fé pública e a administração pública. (DP)
18. Crimes de abuso de autoridade - Lei nº 4.898/65. (DP)
19. Crimes da lei antitóxicos - Lei nº 11.343/06. (DP)
20. Crimes contra o consumidor - Lei nº 8.078/90 e nº 8.137/90. (DP)
21. Crimes hediondos - Lei nº 8.072/90. (DP)
22. Crimes contra crianças e adolescentes - Lei nº 8.069/90. (DP)
23. Violência doméstica - Lei nº 11.340/06. (DP)
24. Crimes contra o idoso - Lei nº 10.741/03. (DP)
25. Contravenções penais - Decreto-Lei nº 3.688/41. (DP)
26. Crimes do Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503/97. (DP)
27. Crimes Ambientais Lei nº 9.605/98. (DP)
28. Arma de fogo e munições - Lei nº 10.826/03 e Decreto nº 5.123/04. (DP)
29. Crimes resultantes de preconceito de raça ou cor - Lei nº 7.716/89. (DP)
30. Crimes relacionados à proteção dos deficientes físicos - Lei n.º 7.853/89. (DP)
31. Crimes de tortura - Lei nº 9.455/97. (DP)
32. Crimes relacionados à remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano - Lei nº 9.434/97. (DP)
33. Crimes contra ordem tributária - Lei n.º 8.137/90. (DP)
34. Crimes contra a ordem econômica - Lei n.º 8.137/90. (DP)
35. Crimes de Lavagem de Capitais - Lei nº. 9.613/98. (DP)
36. Crimes Falimentares. - Lei nº 11.101/2005. (DP)
37. Lei de Execução Penal - Lei nº 7.210/84. (DP)
38. Lei dos Juizados Especiais Criminais - Leis nº 9.099/95 e 10.259/01. (DP)
39. Crimes de Interceptação Telefônica - Lei nº 9.296/96. Súmulas dos Tribunais Superiores e Supremo Tribunal Federal em matéria criminal. (DP)
40. Lei que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal - Lei nº 12.850/13. (DP)
41. Crime de discriminação dos portadores do vírus HIV e doentes de AIDS - Lei nº 12.984/14. (DP)
1. Princípios que regem o processo penal. (DPP)
2. Direitos e garantias aplicáveis ao processo penal. O Garantismo Penal. O Acesso à Justiça Penal. (DPP)
3. Sistemas Processuais Penais. (DPP)
4. Fontes do processo penal. (DPP)
5. Lei processual penal no tempo e no espaço. (DPP)
6. Interpretação e integração da lei processual penal. (DPP)
7. Sistemas de investigação preliminar. Inquérito policial e a Investigação do Ministério Público. Identificação criminal. (DPP)
8. Meios de obtenção de prova na persecução criminal. Busca e apreensão. Interceptação telefônica. Quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal. Delação premiada. (DPP)
9. Ação penal de iniciativa pública e privada. Condições da ação. (DPP)
10. Ação civil. (DPP)
11. O papel da vítima no processo penal. (DPP)
12. Jurisdição e competência. (DPP)
13. Sujeitos processuais. (DPP)
14. O direito de defesa. Autodefesa e defesa técnica. (DPP)
15. Interrogatório. (DPP)